

HABEAS CORPUS Nº 549.024 - SC (2019/0358633-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : NADIA DREON FARIAS ZANATTA
ADVOGADO : NADIA DREON FARIAS ZANATTA - SC033558
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JAQUELINE MARTINS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de JAQUELINE MARTINS, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Agravado em Execução n. 0010024-29.2019.8.24.0018).

Infere-se dos autos que o Juízo de Execução Criminal indeferiu o pedido de prisão domiciliar ansiado pela defesa.

Irresignada, interpôs agravo em execução perante o Tribunal de Justiça alegando que a paciente se encontrava no sétimo mês de gestação, além de ter filho menor que necessita de seus cuidados. O recurso foi desprovido nos termos da ementa:

PROCESSO PENAL. EXECUÇÃO CRIMINAL. RECURSO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO. ARTIGO 197 LEP. INSURGÊNCIA DA APENADA CONTRA A DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR. ALEGADA NECESSIDADE ANTE A PARCA IDADE DA PROLE E A SUA CONDIÇÃO DE GESTANTE. IMPOSSIBILIDADE. MENOR QUE ATUALMENTE CONTA COM 12 (DOZE) ANOS COMPLETOS. AUSÊNCIA DE REQUISITO OBJETIVO. MENINO QUE JÁ RESIDIA COM O PADRASTO. EXISTÊNCIA DE LAÇOS AFETIVOS ANTERIORES. AVÓS MATERNOS QUE RESIDEM NA MESMA CIDADE. AVÓ MATERNA QUE GOZA DE BOA SAÚDE. EXEGESE DO ARTIGO 227 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. IMPRESCINDIBILIDADE NÃO DEMONSTRADA.

"A vulnerabilidade da criança não pode ser usada como subterfúgio para a concessão de prisões domiciliares, o benefício representa uma clemência aos frágeis dependentes de genitoras em confronto com a lei, e não anuência à vida criminosa ativa dessas mães".

AGENTE NA CONDIÇÃO DE GESTANTE. ALEGADA A NECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES ACERCA DA NOCIVIDADE DO

**ENCLAUSURAMENTO. AUSÊNCIA DE EXCEPCIONALIDADE.
DECISÃO MANTIDA NOS PRÓPRIOS TERMOS.
RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.**

Agora a defesa apresenta o presente *habeas corpus*, sustentando que, consoante os requisitos da lei, mesmo estando a paciente em regime semiaberto, tem-se possível a concessão de prisão domiciliar, desde que comprovada a imprescindibilidade da medida, como no caso dos autos.

Pugna, em liminar e no mérito, que a paciente seja colocada imediatamente em prisão domiciliar, com as medidas acauteladoras determinadas pelo juízo, expedindo-se o alvará de soltura a seu favor.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator